



Foto: Galvani Cavalcante



Subestação de Gurupi, no estado de Tocantins

## Senge-RJ aponta riscos da MP 579

A Medida Provisória foi apresentada como uma forma de reduzir a tarifa de energia. A questão é como e a que custo?

PÁGS. 5, 6 e 7

### Opinião: Eleições no Rio

A mídia divulgou a vitória de Eduardo Paes com mais de 66% dos votos, mas “não foi bem assim”...

Pág. 2

### Royalties: Cortina de fumaça

Eles representam 15% dos recursos do petróleo. Mas o que vai acontecer com os outros 85%?

Pág. 12

### Balanco dos reajustes salariais

A maior parte das negociações, analisadas em 2012, conseguiu aumentos reais.

Pág. 8

**Feira** *Senge participa da 17ª feira Construir*

Os diretores do sindicato estiveram no local para tirar dúvidas sobre o Salário Mínimo Profissional

Pág. 9

# A Medida Provisória 579

**A**MP-579 recentemente proposta pelo Governo Federal como forma de renovação das concessões das empresas do setor elétrico caiu como uma bomba sobre todos os trabalhadores dessas empresas. Já tendo sido divulgados amplamente todos os seus aspectos técnicos não nos deteremos aqui sobre eles. Aquilo que mais nos interessa discutir agora são seus efeitos e significado. O que mais chama a atenção é a inflexão que ela representa, e caso seja aprovada em suas linhas gerais, constitui uma guinada substancial no papel que as empresas estatais representavam tanto para o governo Lula quanto no governo Dilma, até o presente.

O governo Dilma era, até agora, na realidade ou ao menos no imaginário daqueles que o defendem, uma reação ao projeto político neoliberal que considerava o mercado como a melhor forma de alocar recursos, as políticas sociais como políticas compensatórias, e como consequência, a necessidade de transferir para os grupos privados os ativos públicos, sendo as empresas estatais o objetivo mais cobiçado. Tudo isto era ideologicamente fundamentado e teoricamente defendido. O que continua inexplicável é a causa da mudança atual. Não nos consta que o governo Dilma tenha assumido publicamente a defesa do projeto neoliberal.

No entanto, a redução drástica dos investimentos do grupo Eletrobras impedindo-o de promover políticas de desenvolvimento regional, tendo de entregar na “bacia das almas” as empresas distribuidoras regionais, além de ter de demitir em massa seus trabalhadores via planos de demissão incentivados, ou não, coloca uma grande interrogação na cabeça de todos os trabalhadores do setor elétrico: A QUEM INTERESSA A MP-579? Se o governo Lula pretendia transformar a Eletrobras na Petrobras do setor elétrico, o governo Dilma, ao que parece, pretende reduzir a Eletrobras à antiga Varig.

# Não foi bem assim e o prefeito só pensa “naquilo”

ANTONIO GERSON FERREIRA DE CARVALHO\*

**P**raticamente a totalidade dos meios de comunicação divulgou o resultado da eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro fazendo alarde e dando como inquestionável a vitória de Eduardo Paes no primeiro turno, reeleito que foi com mais de 66% dos votos, segundo o noticiário. Se analisarmos detalhadamente os números da eleição, vamos perceber que “não foi bem assim”.

Estavam aptos a votar o total de 4,7 milhões de eleitores do município do Rio de Janeiro, no entanto 20,5% dessas pessoas não compareceram aos seus locais de votação, porque não puderam ou simplesmente não quiseram votar, além disso, entre aqueles que foram às urnas, aproximadamente 13,5% preferiram escolher o voto nulo ou em branco.

Então, é possível constatar que, do total de eleitores habilitados, 31%, isto é, quase 1,5 milhão não votaram ou optaram por acionar as teclas da urna eletrônica para anular o voto ou votar em branco.

O atual prefeito foi reeleito com exatamente 44,4% dos votos possíveis, aproximadamente 2 milhões, e, portanto, não votaram nele 55,6% dos cariocas.

Marcada pela poderosa aliança, que contou inclusive com declarações de apoio de cabos eleitorais de peso como o ex-presidente Lula e da presidenta Dilma, por uma coligação que reuniu 20 partidos políticos e que utilizou um tempo muito maior de TV, tendo como principal argumento a “parceria com os governos estadual e o federal para a realização principalmente dos even-

tos Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas”, sendo a mais cara campanha a prefeito do país, e contando com a importante ajuda dada pelos institutos de pesquisa que, desde o início, já apontavam como inevitável sua vitória, a candidatura de Eduardo Paes não conseguiu de fato o voto da maioria.

O candidato segundo colocado, Marcelo Freixo, mesmo obtendo pouco mais de 914 mil votos, foi a grande novidade dessa eleição no Rio, pois a votação pífia, principalmente da dupla de filhos Maia-Garotinho, que juntos com todos os outros candidatos,

somaram pouco mais de 235 mil votos, foi também mais uma das razões para que a eleição fosse decidida já no primeiro turno. Por isso, repito, “não foi bem assim”.

O impressionante é que, ainda em plena ressaca da eleição, o prefeito agora reeleito, esquece que reconheceu durante a campanha as falhas do seu primeiro mandato na área da saúde, das críticas que recebeu pelas de-

ficiências nas áreas da educação e da mobilidade urbana, e começa seu segundo mandato quebrando uma promessa de campanha ao anunciar uma nova revisão do IPTU, que obviamente será aumentado. E mais: esquece das justificativas que utilizou na campanha para convencer os eleitores e reclama da tal “parceria”, com duras críticas ao Governo Federal por causa de atrasos nas obras para a Copa e as Olimpíadas. Por isso, acrescento, o nosso prefeito “só pensa naquilo”.

\*Antonio Gerson Ferreira de Carvalho é diretor do Senge-RJ.

**O prefeito foi reeleito com 44,4% dos votos possíveis, aproximadamente 2 milhões, e portanto não votaram nele 55,6% dos cariocas.**



**Senge-RJ**

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

Correio eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

[imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

#### PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

#### DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

#### CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

#### CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

#### JORNAL DO ENGENHEIRO

**Editores e jornalista responsável:**

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

**Estagiárias:** Marcelle Pacheco e Danielle Andrade

**Diagramação:** Leonardo Santos

**Revisora:** Beatriz Fontes

**E-mail:** [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

**Impressão:** Folha Dirigida



# Balanço final do ano no Senge-RJ

A assembleia definirá a próxima eleição da diretoria do sindicato.

Na ocasião, será apresentado o balanço de 2012

**E**stá marcada para o dia 4 de dezembro, na sede do Senge-RJ, a assembleia para definição da próxima eleição para diretoria do sindicato. Na reunião, que será realizada às 20h30, também serão apresentados o balanço financeiro de 2011 e o orçamento para 2013.

Durante a assembleia, será aberto o processo para eleição da próxima diretoria, dos representantes sindicais e da diretoria da Delegacia Regional em Resende. O mandato é de três anos.

O presidente do Senge-RJ, Olímpio dos Santos Alves, explica que, de acordo com o regimento, uma chapa deve ser composta por 24 membros. O presidente explica, ainda, que uma comissão, formada por sócios do sindicato, será eleita para organizar e acompanhar o processo eleitoral.

“Ela que conduzirá o processo de eleição, como, por exemplo, o debate entre as chapas candidatas”, diz Olímpio.

## REPRESENTANTES SINDICAIS

Segundo o edital divulgado pelo Senge-RJ, os associados que

desejarem se candidatar para representantes sindicais deverão fazer o requerimento em formulário próprio, a partir da data da assembleia e até o prazo de 10 dias antes da data definida para realização da eleição. O formulário estará disponível na sede do Senge-RJ ou na página do sindicato na internet.

Para se candidatar, o engenheiro deve ser sócio há pelo menos seis meses, estar em dia com as suas obrigações sociais ou quitá-las no ato da inscrição, além de exercer suas atividades profissionais na base territorial do Senge-RJ.

## MAIS INFORMAÇÕES

Todas as informações sobre as eleições serão divulgadas nos quadros de aviso na sede do Senge-RJ, em cada empresa, instituição ou órgão onde existam candidatos inscritos e houver permissão da comissão eleitoral, por meio de correio eletrônico, e na página da internet do sindicato, [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br).

## Abertas inscrições para representante do conselho do Crea

Votação será realizada nos dias 3 e 4 de dezembro

Estão abertas as inscrições para representante do conselho do Crea-RJ. Os interessados podem se inscrever na sede do Senge-RJ de 19 à 30 de novembro.

As eleições serão realizadas nos dias 3 e 4 de dezembro, em uma urna na sede do sindicato. Os eleitores poderão votar das 10h às 18h. A apuração será iniciada logo após o término da votação.

Para se candidatar, os interessados devem estar com seu registro no Conselho em dia e pertencer a uma das seguintes modalidades: engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica/metalúrgica, engenharia química ou agrimensura, para a qual exista vaga do sindicato em aberto.

O Senge-RJ fica na Avenida Rio Branco, 277, 17º andar, Centro.

Conheça o novo sistema de votação eletrônica:  
**Vota Senge!**

[www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)



  
Senge-RJ



# O descaso com as populações indígenas no Brasil



Ameaças de despejo no Rio e no Mato Grosso do Sul mostram a situação delicada que os índios brasileiros enfrentam

**D**epois de uma intensa mobilização da sociedade, especialmente na internet, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, suspendeu a operação de retirada dos índios Guarani-Kaiowá do acampamento Pyelito Kue.

Pela decisão, divulgada no dia 30 de outubro, os 170 indígenas podem permanecer em uma área de 2 hectares dentro da fazenda Cambará, em Iguatemi, município do Mato Grosso do Sul, até que os trabalhos de identificação da terra indígena sejam concluídos. Os Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue ocupam a área desde novembro de 2011. Os índios se refugiaram no local depois de um ataque de pistoleiros em agosto do mesmo ano.

“A mobilização das redes sociais foi definitiva para alcançar esse resultado. Provocou uma reação raramente vista por parte do Governo quando se trata de direitos

indígenas”, disse o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida, ao site Brasil de Fato.

A situação dos indígenas se tornou assunto em todo o país quando os índios divulgaram uma carta em que se declaravam dispostos a morrer em vez de deixar as terras.

“Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos

juízes federais”, afirmaram os indígenas no documento.

## NO RIO, O MESMO DESCASO

Uma situação parecida no Rio de Janeiro também expõe as condições das tribos indígenas no Brasil. O governo do estado

alega que seria uma exigência da Fifa demolir o antigo Museu do Índio, um prédio de mais de 100 anos localizado ao lado do Maracanã, para a conclusão das obras da Copa

do Mundo de 2014. No local, vivem, atualmente, cerca de 20 indígenas de diversas etnias.

No entanto, o juiz federal Renato Cesar Pessanha de Souza, da 8ª Vara Federal, concedeu liminar beneficiando a tribo. Segundo a sentença, os indígenas não poderão mais ser re-

tirados do local e o governo e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ficam proibidos de executar “quaisquer atos abstratos ou concretos de retirada, expulsão, turbação ou esbulho dos índios da ‘Aldeia Maracanã’ situados no prédio histórico onde ficava o antigo Museu do Índio.” O Museu foi transferido para Botafogo em 1976.

O juiz argumenta que “o prédio em questão, desde a transferência do museu do Índio para o bairro de Botafogo, ficou abandonado por anos e passou a ser ocupado, a partir de novembro de 2006, por grupo formado de várias nações indígenas que buscam reestruturá-lo e transformá-lo em um centro de resgate e divulgação da cultura indígena”.

Além disso, a Fifa enviou um documento à Defensoria Pública da União (DPU), no qual afirma que “nunca solicitou a demolição do antigo Museu do Índio no Rio de Janeiro ao Governo do Estado ou a qualquer outra autoridade”.

---

**Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa extinção total**

---



# O PERIGO DA MEDIDA PROVISÓRIA

Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, a MP 579 promete reduzir a tarifa de energia elétrica em até 28%. No entanto, a maneira como isso vai ser feito ainda é questionável

**U**ma mistura de muitos cálculos e pouco entendimento. Isto que a medida provisória 579 representa para grande parte da população brasileira, especialmente para os envolvidos no setor elétrico. Divulgada como uma forma de reduzir as tarifas de energia elétrica, em 16% para os consumidores residenciais e em 28% para os industriais, na média, a MP 579 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 11 de setembro de 2012, que está sendo chamado de “O 11 de setembro do setor elétrico.”

“As novas medidas anunciadas pelo governo sobre o setor elétrico apontam para um sentido importante, com que todos tendem a concordar em um primeiro momento: a redução do custo da energia elétrica no Brasil”, afirma o Senge-RJ, em um documento entregue aos parlamentares no dia 30 de outubro e à base. “A questão é: a que custo? E quem paga essa conta? O futuro do setor elétrico depende do rumo das atuais mudanças. O Senge-RJ entende que é preciso discutí-las e impedir os efeitos danosos para o setor e seus trabalhadores.”

“O discurso de reduzir as tarifas de energia é bonito. Mas precisamos saber a que custo isso vai ser feito”, critica o diretor do Senge-RJ Agamenon Oliveira.

## RISCOS

No documento, o Senge-RJ afirma que as MPs levam à descapitalização das empresas, ou seja, à perda de receita, necessária para investimentos. Além disso, isso pode levar a futuras privatizações. O sindicato defende que é necessário fortalecer o papel das empresas estatais como promotoras do



Foto: Galvani Cavalcante

Subestação de Gurupi, no estado de Tocantins

desenvolvimento do país.

“É nesse sentido que se quer reforçar aqui a missão das empresas estatais: desenvolver e aperfeiçoar tecnologia, construir e manter infraestruturas, de forma a garantir a expansão e a qualidade da capacidade instalada de geração, transmissão e distribuição no país”, afirma o sindicato.

Além disso, o Senge-RJ defende a tarifa “a preço de custo”.

Isso significa que os custos totais da produção sejam contabilizados na tarifa, inclusive aqueles relacionados à manutenção de um quadro técnico bem preparado. Por isso, apresenta preocupação com possíveis demissões e aposentadorias compulsórias dos trabalhadores do setor.

“As novas medidas arriscam retirar das estatais a capacidade de realizar investimentos futuros.

Mais que isso: Arriscam perder conhecimento técnico incorporado às empresas pelos trabalhadores experientes e treinados do setor”, critica o sindicato.

O Senge-RJ critica, ainda, que essas novas medidas foram tomadas sem diálogo. No documento, o sindicato reforça a retomada do diálogo, para que as mudanças no setor elétrico sejam positivas tanto para o setor quanto para os trabalhadores e a sociedade. ►



## A redução é real?

Números apresentados pelo Governo não são considerados “alcançáveis”

A presidenta Dilma Rousseff quer uma redução de até 28% nas tarifas de energia elétrica. No entanto, os engenheiros afirmam que não será possível alcançar esse valor sem afetar o próprio funcionamento do setor. Uma das principais preocupações é que a redução ameace os investimentos necessários para manter a capacidade de abastecimento do país.

O diretor do Instituto Ilumina Roberto D’Araújo acredita que a implementação das MPs 577 e 579 pode trazer sérios problemas para o setor elétrico. Segundo ele, Furnas, por exemplo, perderia cerca de 60% de sua receita.

Fábio Resende, ex-diretor de Furnas e também diretor do Instituto Ilumina, defende que as medidas foram feitas por pessoas que não entendem o real funcionamento do setor elétrico e que não houve debate com a sociedade.

As MPs foram criadas baseadas em estudos da PSR Consultoria, uma empresa de consultoria fundada pelo engenheiro Mário Veiga, que trabalhou para o governo Fernando Henrique Cardoso na época das privatizações. Durante esse período, o novo modelo de setor elétrico proposto por FHC foi debatido, por exemplo, no Fórum Social Mundial. Enquanto isso, as atuais mudanças foram decididas por um pequeno grupo de pessoas próximas ao Governo Federal.

“Não teve um debate, não teve um audiência pública. Foi uma coisa de autoritarismo total”, ressalta Fábio Resende.

“O erros dos dois governos foi se cercar de gente que conhece pouco o assunto. O governo Fernando Henrique deu um vexame no racionamento. Não se tem uma noção clara do risco que se corre. E esse é o grande medo”, afirma Fábio.

## Trabalhadores podem ser os mais afetados com as MPs

Empresas do setor elétrico podem realizar cortes de pessoal e reduzir benefícios

As empresas do setor elétrico já começaram a falar em redução de custos e o foco tem sido os trabalhadores. No Grupo Eletrobras, por exemplo, a redução deve ser de cerca de 30% nos próximos três anos.

Segundo o Balanço do grupo em 2011, os custos com pessoal foram R\$ 5.233,8 mil, de um total de R\$ 25.389.902 mil das despesas operacionais, ou seja, o “P” representa 20,6% do total. Se considerarmos a Receita Operacional Líquida (R\$ 29.532.744 mil), o mesmo “P”

representa 17,7%. Ou seja, numa situação absurda em que todos os trabalhadores fossem demitidos, a redução dos custos não alcançaria o esperado.

“Nesse caso, é inevitável questionar: será que o real problema do Grupo Eletrobras é o seu “P”? Ou o fato de estar inserido em um modelo que penaliza as estatais em favor de empresas privadas que, sem que sequer operem, atendem seus contratos de venda de energia comprando a preços baixos e vendendo a

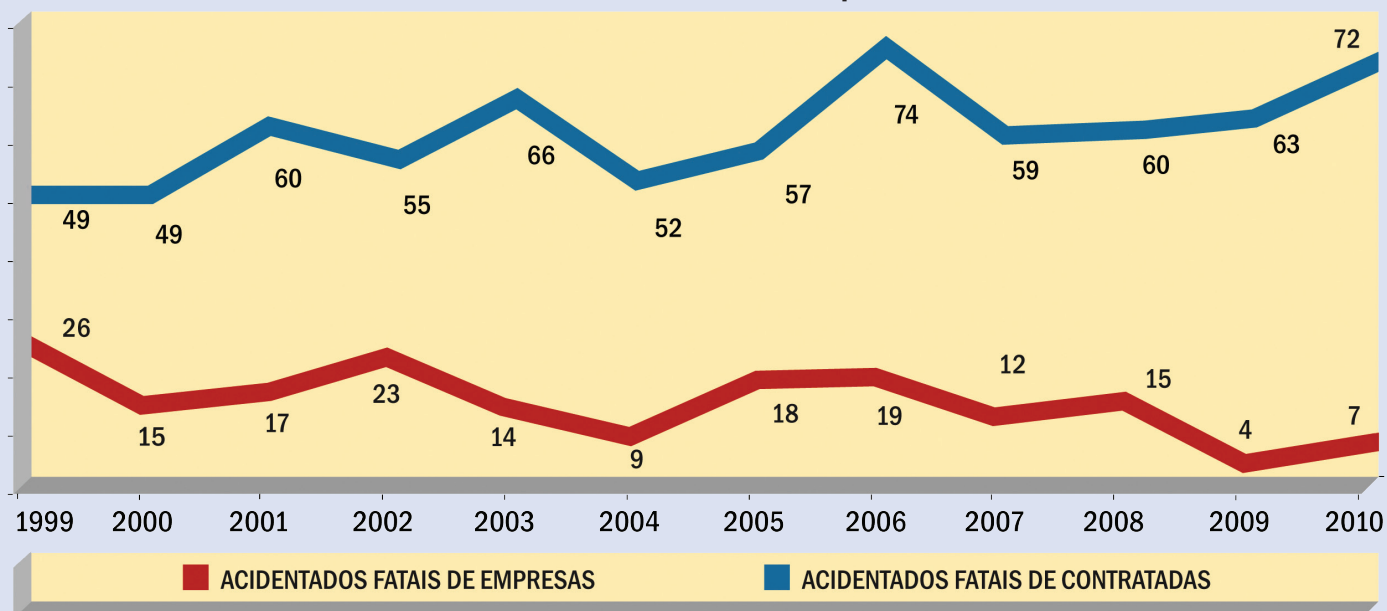
preços mais elevados – como muitas térmicas –, apenas intermediando contabilmente a compra em leilões a preço baixo e a venda por meio de contratos garantidos de fornecimento?”, critica o Senge-RJ, no documento entregue aos parlamentares e à base.

Além da Eletrobras, Chesf e Furnas também já têm um plano de reestruturação, com o objetivo de reduzir o quadro de trabalhadores, principalmente com aposentadorias incentivadas.

## Terceirizações e o perigo de morte

Em 2009, 94% dos acidentes fatais no setor elétrico aconteceram com terceirizados

Nº de acidentados fatais por ano



Outra possível consequência da medida provisória é a terceirização dos trabalhadores. A técnica do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese) Jéssica Naime destaca que, quando se analisa o número total de acidentes fatais, o percentual dos que ocorrem entre os terceirizados é alto. O número aumentou a partir da promulgação das Leis 8.987 e 9.074, que, em 1995, serviram de base para as mudanças do setor elétrico na época da FHC.

“Em 2009, 94% dos acidentes fatais aconteceram entre terceirizados. Eles são submetidos a questões de metas que têm de ser cumpridas, e a pessoa acaba passando por cima de um monte de procedimentos de segurança”, analisa Jéssica.

Ainda segundo ela, mais de 70 empregados morrem todos os anos em decorrência de acidentes de trabalho no setor elétrico.

Além disso, segundo informações disponíveis no site do Movimento

dos Atingidos por Barragens (MAB), “no início das privatizações, eram aproximadamente 190 mil trabalhadores no setor elétrico. Em 2002, restavam 98 mil, atualmente tem-se em torno de 58% de terceirizados (126.000), com salários 40 a 60% inferiores. Ao mesmo tempo, a média nacional anual de produção de eletricidade por trabalhador era de 1,3 GWh/trabalhador e, alguns anos após a privatização, a média nacional saltou para 3,5 GWh/trabalhador.”





O diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira, em reunião em Brasília

## Impactos sociais dos empreendimentos também devem ser analisados

“As empresas do setor elétrico devem ter uma função social”, defende o diretor do Senge-RJ Gunter Angelkorte

**R**esponsável por grandes impactos ambientais, as empresas do setor elétrico brasileiro, especialmente as hidrelétricas, também causam impacto social. O diretor do Senge-RJ Gunter de Moura Angelkorte defende que, além dos relatórios de impacto ambiental, já requisitados para a construção de um empreendimento, também sejam feitos relatórios de impacto social.

“O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) mostra que as demandas sociais resultantes dos empreendimentos do setor elétrico não estão sendo atendidas. Isso deve ser discutido também”, critica Gunter.

O diretor frisou ainda a função social que as empresas de energia têm que cumprir.

“O Produto Interno Bruto (PIB)

está diretamente relacionado ao consumo de energia. O que significa energia elétrica em um país como o Brasil? Mais de 50% do esgoto brasileiro não é tratado. Como se trata o esgoto sem energia elétrica? Como se distribui água sem energia elétrica? O país ainda depende do consumo de energia elétrica para aumentar o PIB, para melhorar o IDH...”, afirma Gunter.

## Senge-RJ cria especial do setor elétrico

Sindicato reuniu notícias, documentos e avaliações técnicas sobre as MPs

**A**companhando as recentes mudanças do setor elétrico, o Senge-RJ elaborou um clipping que reúne notícias, documentos e avaliações técnicas. A ação foi motivada, especialmente, após o anúncio da medida provisória 579.

Sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff, a MP foi anunciada com a proposta de reduzir a tarifa de energia elétrica e renovar as concessões para o setor.

No entanto, o Senge-RJ acredita que essas medidas po-

dem trazer riscos, tanto para o funcionamento do setor quanto para os trabalhadores.

Para o ver o clipping, basta acessar o site do Senge-RJ através do link [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) e clicar no “Especial: Setor Elétrico.”

## Senge-RJ defende energia a “preço de custo”

Para o sindicato, custos totais da produção devem ser contabilizados na tarifa

**D**entre as principais críticas feitas pelos especialistas ao atual modelo do setor elétrico, está a própria estrutura do setor: baseado em uma mistura de capital privado com investimento público.

Para a técnica do Dieese da subseção do Senge-RJ Jéssica Naime o ideal seria mudar a ideia de tarifa a preço de mercado para preço de custo.

“Com um custo de operação e manutenção que seja devidamente adequado a cada empreendimento, adicionado a uma taxa de administração que se entenda justa para a sua remuneração, o interesse em tratar a energia como mercadoria, e assim também o nível de especulação em torno dela. Desta forma, a energia é trazida de volta ao princípio de um bem público e, principalmente, garante se uma tarifa a preços reduzidos para servir de insumos para a indústria e para o mercado residencial”, defende Jéssica.

O diretor do Instituto Ilumina Roberto D’Araújo, no livro setor elétrico brasileiro: uma aventura mercantil, explica que esse modelo foi uma das causas do apagão de 2001.

Além disso, Roberto defende que as alterações realizadas em 1995 também influenciaram no aumento da tarifa de energia, com uma diferença de mais de 75% na tarifa entre o mercado cativo (aquele em que a venda de energia passa pelo distribuidor) e o mercado livre (em que se permite a compra e venda direta entre os agentes). O autor chama isso de “bizarra adaptação do modelo mercantil brasileiro”.

“O resultado final de tudo isso pode ser medido pela evolução da tarifa desde 1995. A tarifa média residencial e a tarifa média industrial aumentaram, em valores reais, 65% e 108%, respectivamente”, critica o diretor do Ilumina.



# Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2012

Quase a totalidade das negociações analisadas em 2012 conseguiu conquistar aumentos reais nas negociações de data-base

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) acompanha, anualmente em todo o Brasil, mais de 700 negociações de reajustes salariais entre sindicatos de trabalhadores e empresas ou entidades sindicais patronais. Com base em tais levantamentos, semestralmente, são divulgados os “Balanços das negociações dos reajustes salariais”.

No primeiro semestre de 2012, dos 370 reajustes analisados, aproximadamente 97% foram superiores à inflação aferida na data-base, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Apenas 0,5% – o equivalente a dois reajustes salariais – ficou aquém, porém, em percentual muito próximo ao índice, acarretando em perdas de 0,08% para as duas categorias.

Convém destacar o crescimento da participação dos reajustes acima de 2% maiores que o INPC, que somam 46,5% do total, diante de 26,5% e 20% obtidos em 2010 e 2011, respectivamente. Além do avanço elevado dos reajustes entre 2% até 3%, chama a atenção o crescimento daqueles que superaram o INPC em mais de 4%, neste primeiro semestre, em relação a igual período nos quatro anos anteriores (Ver tabela).

Verificou-se também um crescimento significativo no valor dos ganhos reais incorporados aos salários, observado em todos os setores de atividades econômicas, assim como em todas as regiões geográficas do Brasil. Os reajustes analisados tiveram, em média, ganho real de 2,23% acima do INPC-IBGE. Trata-se do melhor resultado das negociações salariais acompanhadas pelo Dieese desde 1996, ano de início da série.

Observando os resultados do pri-

| DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS, EM COMPARAÇÃO COM O INPC-IBGE |              |              |              |              |              |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Brasil - 2008-2012  |              |              |              |              |              |
| Variação  | 2008         | 2009         | 2010         | 2011         | 2012         |
| <b>Acima do INPC-IBGE</b>   | <b>76,5</b>  | <b>76,2</b>  | <b>88,1</b>  | <b>85,1</b>  | <b>96,5</b>  |
| Mais de 5% acima  | 0,3          | 1,6          | 4,6          | 2,2          | 8,1          |
| De 4,01% a 5% acima   | 0,8          | 1,4          | 3,0          | 2,2          | 5,4          |
| De 3,01% a 4% acima   | 2,7          | 2,2          | 5,7          | 5,9          | 3,8          |
| De 2,01% a 3% acima   | 8,1          | 7,6          | 13,2         | 9,7          | 29,2         |
| De 1,01% a 2% acima   | 27,8         | 17,0         | 23,2         | 35,1         | 31,4         |
| De 0,01% a 1% acima   | 36,8         | 46,5         | 38,4         | 30,0         | 18,6         |
| <b>Igual ao INPC-IBGE</b>   | <b>11,9</b>  | <b>14,9</b>  | <b>7,6</b>   | <b>8,1</b>   | <b>3,0</b>   |
| De 0,01% a 1% abaixo  | 10,5         | 5,9          | 3,8          | 5,4          | 0,5          |
| De 1,01% a 2% abaixo  | 0,5          | 0,8          | -            | 0,5          | -            |
| De 2,01% a 3% abaixo  | 0,3          | 0,5          | 0,3          | 0,5          | -            |
| De 3,01% a 4% abaixo  | -            | -            | 0,3          | -            | -            |
| De 4,01% a 5% abaixo  | -            | -            | -            | -            | -            |
| Mais de 5% abaixo   | 0,3          | 1,6          | -            | -            | -            |
| <b>Abaixo do INPC-IBGE</b>  | <b>11,6</b>  | <b>8,9</b>   | <b>4,3</b>   | <b>6,8</b>   | <b>0,5</b>   |
| <b>Total</b>  | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Dieese. SAS-Dieese – Sistema de Acompanhamento de Salários – Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 370 unidades de negociação.

meiro semestre de 2012 por setor econômico, nota-se que a indústria e o comércio apresentaram percentuais muito semelhantes de reajustes acima da inflação (98%). Outro ponto a ser destacado é que, em ambos os setores, não ocorreram reajustes abaixo da inflação. No setor dos serviços, a proporção de aumentos reais é levemente inferior (94%), com registro de 1,3% de unidades de negociação com reajustes abaixo da inflação.

Entre os fatores que podem ser apontados como responsáveis pelo bom desempenho das negociações de 2012, podem ser destacados: a ação sindical na busca por melhores salários para os trabalhadores; a redução do patamar inflacionário; a manuten-

ção do nível de emprego e o aumento real do salário mínimo, que exerce grande influência nas negociações coletivas das categorias com menores rendimentos e pode ter impulsionado o aumento no número de ocorrências de reajustes escalonados, ou seja, diferenciados por faixas salariais – geralmente maiores para salários mais baixos e vice-versa.

Verifica-se, ainda, que o fraco desempenho da economia brasileira, expresso na desaceleração do PIB observada desde 2011, não afetou as negociações salariais.

Por essas razões, é de se esperar que as negociações das categorias profissionais, cujas negociações constituem referências para as demais, como os

bancários, metalúrgicos e petroleiros, entre outras, obtenham resultados mais significativos nas negociações dos reajustes salariais do segundo semestre. É preciso destacar também o papel que podem desempenhar as medidas de estímulo ao crescimento econômico, adotadas pelo Governo Federal, nas negociações em curso e nas que estão por vir.

Para mais detalhes, acesse a publicação completa em: <http://dieese.org.br/esp/estPesq62balNegcia1sem2012.pdf>

<sup>1</sup> O INPC expressa a variação mensal do custo de vida das famílias que recebem entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia.





Rosângela Batista

Foto que ilustra o convite da exposição

## Um outro olhar sobre o tema viagem

Exposição “Viajantes da máquina do tempo” é realizada na sede do Crea-RJ

A ideia de interpretar o tema viagem é o foco da exposição de fotografias “Viajantes da Máquina do Tempo”. Os 23 fotógrafos do curso de pós-graduação da Universidade Cândido Mendes buscaram simbolizar a viagem como um descolamento físico, mental e emocional, além de turística, musical e gastronômico. A exposição conta com o apoio do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ).

A exposição será realizada entre os dias 13 de novembro e 11 de janeiro, das 13h às 18h, no Centro de

Cultura e Memória do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), na rua Buenos Aires, 40, 2º andar, Centro. A abertura está marcada para o dia 12 de novembro, das 18h às 20h30.

Baseado nos versos “As viagens são os viajantes. O que vemos não é o que vemos, senão o que somos”, do poeta português Fernando Pessoa, o tema será apresentado em 40 painéis. A curadoria é da pesquisadora e professora Nadja Fonseca Peregrino, mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## O programa de rádio Faixa Livre completa 18 anos

O programa Faixa Livre comemora, no mês de dezembro, 18 anos no ar. Ele surgiu da iniciativa democrática de um grupo de associações, sindicais e profissionais, como o Sindicato dos Engenheiros (Senge-RJ), que lutam por um país mais justo e pela liberdade de comunicação.

Além informar, o Faixa Livre tem o compromisso com a justiça, com a militância social e com a formação ideológica daqueles que

acreditam que um outro Brasil e um outro mundo são possíveis.

O projeto foi criado em dezembro de 1994 e, desde o início é veiculado pela Rádio Bandeirantes AM 1360. Sua pauta diária aborda temas sobre política, economia, energia, meio ambiente e demais questões nacionais e internacionais, em sintonia com os problemas contemporâneos do Brasil e do mundo. Acesse:

[www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

# Senge participa da 17ª feira Construir

No local, os diretores do sindicato tiram dúvidas sobre o Salário Mínimo Profissional

Fotos: Claudionor Santana



O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos. Os diretores Marco Antonio Barbosa e Luiz Antonio Cosenza, com engenheiros.



Visitante recebe o Jornal do Engenheiro



Diretores e equipe confraternizam



Estande foi palco de troca de ideias e informações



Engenheiro se sindicaliza

De 7 a 10 de novembro, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) participou da 17ª feira Construir, no Riocentro.

Os diretores do Senge-RJ estiveram no local para esclarecer as dúvidas sobre o Salário Mínimo Profissional, apoio jurídico, Acordos Coletivos de Trabalho, entre outros assuntos relacionados à profissão. Além disso, foi apresentado o novo vídeo institucional e houve distribuição de brindes.

A feira contou com a presença do presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves, e dos diretores Luiz Consen-

za, Marco Antônio, Paulo Granja, Júlio Arruda e Jorge Antônio.

O evento teve a participação de muitos estudantes de engenharia, que demonstraram interesse em saber mais sobre o sindicato e a luta da classe. Um dos principais focos do sindicato na feira foi se aproximar da categoria e explicar mais sobre o Salário Mínimo Profissional.

O presidente conta que, este ano, o estande do sindicato atraiu mais profissionais do que nos anos anteriores, mas o número de estudantes foi expressivo. Ele acredita que é necessário focar cada vez mais no futuro da classe.



## ■ PELAS EMPRESAS

### ONS

■ O engenheiro Neyl Hamilton Martecotta Soares foi eleito representante sindical do Senge-RJ no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As eleições foram realizadas entre os dias 12 e 13 de novembro, por meio eletrônico e por meio de uma urna instalada na sede do sindicato. A complementação do mandato se encerrará no dia 6 de abril de 2013.

### Emater

■ Uma nova rodada de negociação na Gerência Regional de Trabalho e Emprego de Niterói foi marcada para o dia 27 de novembro, às 14h. Todos os participantes da primeira reunião estão sendo convocados. O diretor do Senge-RJ Jorge Antonio da Silva esteve presente na primeira rodada, realizada no dia 16 de novembro. Os representantes dos sindicatos das secretárias, técnicos agrícolas e administradores, e o presidente

da Associação de Funcionários da Emater-Rio, Hélio Martins de Almeida dos Santos, também participaram da rodada.

### INB

■ Foi encaminhada para a empresa a pauta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013 dos trabalhadores das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A proposta contém 61 cláusulas e foi entregue no dia 9 de outubro. Uma das cláusulas propõe o piso salarial de acordo com uma tabela. Para os empregados de nível superior, como os engenheiros, por exemplo, o piso seria fixado em R\$ 4.798. Além disso, os salários vigentes seriam reajustados pelo índice de inflação do Índice de Custo de Vida (ICV), medido pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese). A primeira rodada de negociação ainda não foi marcada. A vigência do acordo é de 1º de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

## Trabalhadores aprovam proposta da Ampla

A empresa ofereceu reajuste de 5,58%, equivalente ao INPC, mais 0,5% de ganho real

**O**s trabalhadores da Ampla aprovaram, em assembleia realizada no último dia 13, a contraproposta oferecida pela empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013. Foram 17 votos a favor, 8 contra e 1 abstenção.

A empresa ofereceu reajuste dos salários em 5,58%, equivalente a 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC), mais 0,5% de ganho real, o que representa um reajuste total de 6,08%.

A ampla ofereceu ainda um abono único de R\$ 1.584 a ser pago no dia 19 de novembro; tíquete refeição extra de R\$ 250 a ser pago em março de 2013; reajuste das cláusulas econômicas também em 100% do INPC; e ampliação do auxílio creche para os empregados que tenham filhos de até 2 anos.

### REPÚDIO

Os engenheiros também discutiram a falta de valorização da classe dentro da Ampla e os baixos salários pagos pela empresa. Durante a assembleia, foi aprovado que, no texto a ser enviado à Ampla, constasse que o acordo foi aceito, mas que também foi aprovada uma menção de repúdio aos baixos salários pagos. Também foi lembrado que, nos últimos 18 meses, cerca de 10 engenheiros, com experiência, deixaram a empresa por causa do salário.

Também foi criticado o uso, pela empresa, dos termos “analista” e “especialista” no lugar de “engenheiro”. “Ficou a seguinte pergunta: se a Ampla é uma empresa de distribuição de energia elétrica, não deve ter engenheiros em seu quadro?”, criticou o representante sindical do Senge-RJ, Francisco Eduardo Rizzo Fraga.

## Fechado ACT da CRPM

“Esta proposta ‘não é um congelador para gelar a água, mas a refresca’”, avalia o diretor da Fisenge Fernando Jogaib

Foi realizada no dia 13 de novembro a última rodada de negociação do ACT 2012/2013 da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). De acordo com o diretor de Relações Sindicais da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Fernando Jogaib, os principais itens econômicos foram: reajuste de 4,95% sobre todas as cláusulas econômicas, relativo ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), retroativo à data base, e a distribuição de 2,8% da folha para trabalhadores elegíveis. “Ainda temos muito a avançar. Na

avaliação da bancada dos trabalhadores, esta proposta ‘não é um congelador para gelar a água, mas a refresca’”, disse Jogaib.

A Fisenge participou da negociação, junto com o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio De Janeiro (Sitramico), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minérios no Estado do Rio de Janeiro (Sindimina), a Coordenação Nacional das Associações de Empregados da CPRM (Conae) e a Associação Goiana das Empresas de Engenharia (AGE).



# CET-Rio mantém cláusula 74 na proposta

Em audiência realizada nesta segunda-feira, empresa afirmou que mantém posição inicial

Representantes da CET-Rio afirmaram, em audiência realizada nesta segunda-feira (12) no Ministério Público do Trabalho (MPT), que manterá a cláusula 74 da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O texto proposto pela empresa estabelece que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) seria implementado a partir de setembro deste ano, “zerando eventuais avaliações anteriores não implementadas”.

Segundo o representante do Senge-RJ na CET-Rio, Ely Emerson, os representantes da empresa afirmaram que não se intimidaram com a posição do MPT e que não irão mudar o texto da cláusula.

“Nós, trabalhadores, vamos continuar resistindo contra essa cláusula”, afirmou Emerson.

A procuradora do Trabalho, Júnia Bonfante Raymundo, propôs, em audiência realizada na manhã desta quarta-feira (31), excluir a restrição da cláusula 74 da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da CET-Rio.

Segundo a advogada do Senge-RJ Daniele Gabrich Gueiros, este trecho não pode ser encaminhado pelo sindicato para deliberação porque expressa “renúncia de direitos”. Além disso, o diretor do Senge-RJ Gunter de Moura Angelkorte destacou que o sindicato não pode assinar renúncia, porque fere os artigos 7º e 8º da Constituição Federal de 1988.

“A procuradora entendeu que a cláusula realmente estabelece renúncia de direitos”, diz o diretor do Senge-RJ Paulo Cesar Nayfeld Granja, que esteve presente na audiência. “A própria procuradoria entendeu a postura do Senge-RJ e elaborou uma proposta que já tinha sido oferecida por nós.”

Em assembleia realizada no dia 29 de agosto, o sindicato explicou que a proposta poderia ser enviada pela empresa não poderia encaminhada por expressar renúncia de direitos. O Senge-RJ propôs, então, assinar o acordo, retirando a parte “zerando eventuais avaliações anteriores”. Após um extenso debate, 23 dos 28 engenheiros presentes aprovaram alterar a cláusula.

“A negação da empresa é a afirmação de que existe um direito dos trabalhadores. Ao dizer que vai retirar as ‘avaliações anteriores’, a própria CET-

Rio afirma que existem avaliações que não foram pagas, que os trabalhadores não receberam”, defende Granja. O representante sindical do Senge-RJ na CET-Rio Ely Emerson conta que o departamento jurídico do sindicato ganhou, em primeira instância, uma ação coletiva (abrangendo todos os engenheiros da empresa) que prevê a implementação do PCCS. A empresa recorreu da decisão.

Estiveram presentes na audiência o diretor do Senge-RJ Paulo Granja, os representantes sindicais Ely Emerson e Vera Bacelar Cantanhedes de Sá, a advogada do sindicato Daniele Gabrich Gueiros. Os advogados Carlos Eugenio de Oliveira Wetzell e Agnelo Dante Costa Quintella representaram a CET-Rio.

## Senge-RJ aciona a Eletrobras

Sindicato ingressa como 3º interessado em denúncia contra compensação de horas de greve

O Senge-RJ entrou como terceiro interessado em um processo contra a Eletrobras, iniciado por uma denúncia realizada anonimamente contra a empresa. O trabalhador questiona a compensação das horas de greve, que aconteceu em julho, durante a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013. As outras partes consideradas interessadas pela Justiça são a pessoa que denunciou e a própria empresa.

Sem realizar um acordo com os trabalhadores e sindicatos, a empresa ordenou a compensação de 96 horas até 31 de janeiro. Segundo a denúncia, 2.000 empregados estão sendo atingidos.

“O Senge-RJ ingressou no processo como terceiro interessado, já

que representa um grande número de profissionais que integram o grupo Eletrobras”, afirmou o advogado do Senge-RJ Luiz Fernando Contreiras.

“O Senge-RJ foi o primeiro a entrar com esse pedido diante do Ministério Público do Trabalho. Isso mostra como ele está atuando sempre”, afirmou o diretor do sindicato Gunter de Moura Angelkorte.

Gunter disse ainda que a Eletrobras não tem nenhum documento que diga que os trabalhadores tenham que compensar as horas de greve. Ainda segundo ele, a paralisação foi legal perante a Justiça.

“A empresa também tem responsabilidade na greve porque só apresentou proposta depois da primeira paralisação”, criticou Gunter.

## Senge-RJ ganha ação do SMP contra a Comlurb

O Senge-RJ ganhou, em última instância, a ação que move contra a Comlurb. O sindicato reivindica o pagamento do Salário Mínimo Profissional (SMP) aos engenheiros da empresa. A ação agora vai entrar na fase de

liquidação (elaboração dos cálculos).

O gerente do departamento jurídico do Senge-RJ, Luiz Fernando Contreiras, explica que a próxima fase do processo é o cálculo do valor que será pago aos engenheiros.

## Ação contra Eletronuclear está em execução

Sindicato pede o pagamento das diferenças salariais referentes a 1989

A ação que o Senge-RJ move contra a Eletronuclear está em fase de execução. Segundo a advogada do sindicato, Daniele Gabrich Gueiros o Senge-RJ requereu que a empresa “incorporasse aos salários a diferença de 26,05%”, referente ao não pagamento da Unidade de Referência de Preço (URP), em fevereiro de 1989. A URP foi uma medida criada em 1897 por Bresser Pereira e reajustaria preços e salários com o objetivo de conter a inflação. O juiz da 29ª Vara do Trabalho aceitou o pedido do sindicato e determinou que a empresa fizesse esta incorporação.

O Senge-RJ requereu também que, além dos 245 engenheiros inicialmente listados na ação, também fossem considerados todos os representados pelo sindicato que trabalharam no período, ainda na época da Nuclen. Em 1997, a empresa foi adicionada ao grupo Eletrobras.

Além disso, a advogada também explica que “a empresa foi notificada por diversas vezes para trazer aos autos a documentação completa dos engenheiros”. No entanto, como essa lista não foi entregue, o Senge-RJ pediu a realização de uma perícia contábil. Um perito foi nomeado no dia 8 de outubro.

## art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

# Discussão dos royalties não passa de cortina de fumaça

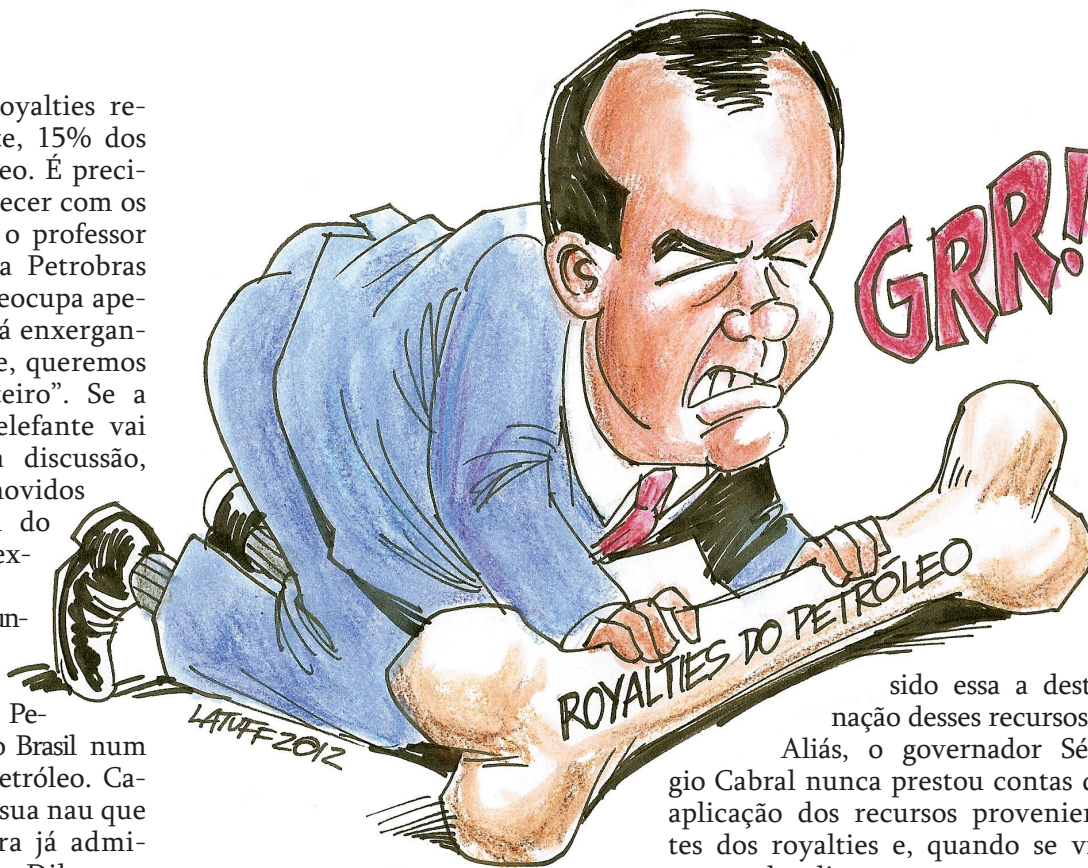
Por Emanuel Cancelli\*

O debate sobre os royalties representa, no limite, 15% dos recursos do petróleo. É preciso saber o que vai acontecer com os outros 85%. Como diz o professor da USP e ex-diretor da Petrobras Ildo Sauer, “quem se preocupa apenas com os royalties está enxergando só o rabo do elefante, queremos discutir o elefante inteiro”. Se a sociedade permitir, o elefante vai embora sem nenhuma discussão, através dos leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da exportação sem controle.

A presidenta Dilma já anunciou os leilões para 2013, em maio do pós-sal e em novembro do pré-sal, e a Petrobras quer transformar o Brasil num grande exportador de petróleo. Cabral já mudou a rota de sua nau que estava sem rumo. Agora já admite o veto da presidenta Dilma ao projeto dos royalties aprovado no Congresso Nacional, somente nas áreas licitadas.

A campanha de Sérgio Cabral “Rio contra a covardia!” não convenceu ninguém. Faltou humildade no diálogo com os outros governadores para garantir o que admite agora: a preservação dos royalties das áreas já licitadas para os estados produtores. Mas até isso está ameaçado, pelo acirramento do debate e a intransigência dos governadores.

O sentimento que direcionou



a campanha “O Petróleo é Nosso” (1940-50) e que também anima aqueles que se unem em torno da atual campanha “O petróleo tem que ser nosso” é de que essa riqueza é da União e deve trazer benefícios para todo o povo brasileiro. Não é justo que apenas alguns sejam favorecidos.

Também não podemos esquecer que a lei dos royalties foi criada para compensar estados e municípios produtores de danos ambientais e outros, decorrentes da exploração do produto em seus territórios. Mas não tem

sido essa a destinação desses recursos.

Aliás, o governador Sérgio Cabral nunca prestou contas da aplicação dos recursos provenientes dos royalties e, quando se viu ameaçado, disparou contra os aposentados. Agora ameaça suspender as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas. O governador só pode estar blefando, pois o dinheiro destinado aos aposentados não pode ser desviado para outros fins e muito menos os proventos poderiam ser pagos com royalties!

O fato é que o dinheiro dos royalties não melhorou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de nenhum dos estados e municípios beneficiados, muito pelo contrário: foi aplicado em porcelanato nas cal-

çadas, chafarizes e shows em praças públicas. O município de Campos dos Goytacazes, um dos principais beneficiados, é uma triste referência nas estatísticas de trabalho-escravo.

Quando o assunto é royalties, Cabral sempre esteve excessivamente preocupado em cobrir o Rio e descobrir o Brasil. Agora parece estar pagando pela sua arrogância e intransigência. Acirrou e perdeu, pois, do outro lado da corda, a intransigência e a ganância também prevaleceram. Nem os 100% dos royalties do pré-sal para a educação proposto pela presidente Dilma foi aprovado!

Sou carioca. Mas entendo que é importante fortalecer o pacto federativo e a distribuição de renda equânime entre estados e municípios, embora, repito, os que se ocupam apenas dos royalties estejam presos ao rabo do elefante: e os outros 85% dos recursos do petróleo?

A sociedade precisa acordar e perceber os interesses que estão por trás dos leilões do nosso petróleo e gás. Isso significa olhar para o elefante inteiro. Nessa batalha, os desafios daqueles que priorizam o bem comum é gigantesco. Os interesses econômicos em jogo são imensuráveis.

Precisamos retomar a campanha do petróleo, nas ruas, nas praças, nas escolas. Só assim vamos garantir que a riqueza representada pelo petróleo seja de todo o povo brasileiro.

\*Emanuel Cancelli é diretor do Sindipetro-RJ e secretário-geral da Federação Nacional dos Petroleiros.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733  
Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br  
imprensa@sengerj.org.br

Impresso  
Especial

9912181248/2007/DR/RJ  
SENGE/RJ

---CORREIOS---

